



INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas

AÇÃO Nº 12/2024

INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Instituto Federal de Alagoas
Auditoria Interna

RELATÓRIO PRELIMINAR – Infraestrutura Física e Tecnológica

Unidade Examinada: Campus Rio Largo

Relatório nº: 07/2024

Prezados,

Por meio deste relatório, apresentam-se os resultados da ação de Infraestrutura Física e Tecnológica.

Novembro de 2024

Missão

Fortalecer e assessorar a gestão, bem como propor medidas para a racionalização das ações de controle no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto Federal de Alagoas – Ifal.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDITORIA INTERNA DO IFAL?

Foi realizado um trabalho de avaliação referente à Infraestrutura Física e Tecnológica da sede provisória do Campus Rio Largo.

O trabalho originou-se do Mapa de Riscos Estratégicos Institucional que classificou a temática como de risco extremo.

No desenvolvimento, o trabalho da Auditoria Interna buscou indicar possibilidades de melhorias nas ações desenvolvidas, organizadas e direcionadas para a Infraestrutura Física e Tecnológica no Campus Rio Largo.

POR QUE A AUDINT REALIZOU ESSE TRABALHO?

A Auditoria Interna do Ifal (Audint) realizou o trabalho de auditoria no campus provisório de Rio Largo com o objetivo de avaliar as condições da infraestrutura física e tecnológica, conforme indicado no Plano Anual de Auditoria Interna (Paint/2024), a partir da indicação da temática como de nível extremo no Mapa de Riscos Institucional. Esse trabalho de auditoria foi motivado pela necessidade de verificar se, mesmo em caráter temporário, as instalações atendem aos requisitos mínimos para o bom funcionamento das atividades, além de contribuir para o planejamento da transição para a sede definitiva.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDINT?

A auditoria realizada pela Audint no campus provisório de Rio Largo concluiu que sua infraestrutura física precisa de adequações para atender às necessidades da comunidade acadêmica. Foram identificados problemas estruturais graves, como: infiltrações, falta de acessibilidade e áreas com condições inadequadas para o uso acadêmico e administrativo. A ação de auditoria também constatou a ausência de um planejamento formal para a transição para a sede definitiva. Além disso, foi destacado que a falta de um plano de manutenção preventiva e corretiva agrava a deterioração das instalações, colocando em risco a saúde e a segurança de servidores, colaboradores e estudantes. Apesar dessas dificuldades, a Audint reconheceu o esforço e a dedicação dos servidores, que têm trabalhado para minimizar os impactos das deficiências.

QUAIS AS RECOMENDAÇÕES DEVERÃO SER ADOTADAS?

As recomendações a serem adotadas encontram-se disponibilizadas na seção 3 deste Relatório.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Audint – Auditoria Interna

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Ifal – Instituto Federal de Alagoas

MOT – Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal

NBR - Normas Técnicas Regulamentadoras

Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

SUMÁRIO

1		7
INTRODUÇÃO	
.....		
1.1		Benefícios 10
Esperado	
.....		
2	RESULTADOS	DOS 13
EXAMES	
.....		
2.1	Achado 01: Fragilidades na segurança e na prevenção e combate a incêndios	14
.....		
2.2	Achado 02: Acessibilidade inadequada nas instalações do campus provisório	19
.....		
2.3	Achado 03: Espaços físicos inadequados e insuficientes	24
.....		
	Achado 04: Precariedade das instalações e riscos à continuidade das atividades no campus provisório de Rio Largo	27
	Achado 05: Falta de planejamento para a transição do campus provisório para a sede definitiva	30
.....		
3		33
RECOMENDAÇÕES	
.....		
4		35
CONCLUSÃO	
.....		

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Poinc/2024, os resultados obtidos, por meio do trabalho de técnicas de auditoria, são apresentados no presente relatório.

A infraestrutura física e tecnológica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas de instituições de ensino. A importância desse tema pode ser abordada sob diversos ângulos, em que destacam-se aspectos como segurança, funcionalidade, capacidade e adequação dos recursos disponíveis. Assim, sua inadequação — muitas vezes caracterizada pela falta de recursos, obsolescência e problemas estruturais — impacta negativamente as atividades educacionais e administrativas.

Garantir instalações e recursos tecnológicos adequados é indispensável para o pleno funcionamento das atividades institucionais — além de assegurar a continuidade e excelência do ensino ofertado. Portanto, espaços adequados são importantes para um ambiente de aprendizagem produtivo. Salas de aula bem equipadas, laboratórios modernos e bibliotecas acessíveis contribuem para uma experiência educacional mais rica e completa.

Edificações devidamente conservadas proporcionam um ambiente seguro, confortável e, por consequência, motivador. Além disso, revelam manutenção regular, pois incluem sistemas de prevenção e combate a incêndios, sistemas elétricos em bom estado de conservação, acessibilidade e sinalização de emergência, como saídas e rotas de evacuação. Prédios bem preservados evitam problemas como mofo, infiltrações e pragas, por isso minimizam-se os riscos à saúde e à integridade física de seus ocupantes.

No suporte às atividades acadêmicas, o acesso à internet de alta velocidade e tecnologias atualizadas — que frequentemente utilizam plataformas online, softwares educacionais e recursos digitais — são necessários para a realização de tarefas e pesquisas online. A eficiência administrativa também depende de sistemas tecnológicos porque facilitam e otimizam o trabalho, desde o gerenciamento de informações estudantis até a coordenação de recursos humanos e financeiros.

Não se pode deixar de mencionar que laboratórios modernos e bem equipados são importantes para fomentar a inovação e a pesquisa. Por isso, equipamentos obsoletos podem limitar o potencial de descobertas e inovações. Irregularidades em edifícios podem levar à interdição de espaços; equipamentos desatualizados podem reduzir a qualidade do ensino, das pesquisas e das atividades administrativas, além de aumentar os custos de manutenção.

Nesse contexto, a inadequação da infraestrutura física e tecnológica para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas dos cursos ofertados, de acordo com o Mapa de

Riscos Estratégicos do Ifal, é considerada um risco de nível extremo. Conclui-se que há uma preocupação dos gestores, e isso é perfeitamente compreendido, pois, caso esse risco se materialize, pode resultar em interrupções significativas, possibilitando afetar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades administrativas. Em outros termos, há o potencial de comprometimento negativo da funcionalidade e do bem-estar da comunidade acadêmica.

Diante disso, a auditoria prevista buscou identificar áreas críticas, que possuam relação com a infraestrutura, para fornecer à gestão informações relevantes para a melhoria de sua atuação. Desse modo, o objetivo deste trabalho é avaliar as condições da infraestrutura física e tecnológica, com o intuito de indicar oportunidades de aprimoramento no uso dos recursos físicos e tecnológicos disponíveis, alinhando-os às necessidades institucionais.

Assim, a avaliação da infraestrutura física e tecnológica revela-se fundamental para identificar eventuais riscos que possam comprometer o bom desempenho dos trabalhos desenvolvidos no campus Rio Largo. Isso não implica que o presente trabalho é tendencioso porque a execução de uma ação de auditoria em um campus provisório do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) pode ser considerada uma atividade estratégica importante. Afinal, trata-se de uma avaliação para verificar se as atividades acadêmicas e administrativas são realizadas com a qualidade, segurança e eficiência necessárias, mesmo em um ambiente temporário.

Dada a relevância da infraestrutura física e tecnológica no processo educacional e na administração institucional, é imperativo que uma sede provisória esteja em conformidade com as normas vigentes e atenda aos requisitos básicos para o pleno desenvolvimento de suas atividades. Além disso, a permanência em instalações provisórias pode acarretar riscos significativos que, se não forem adequadamente gerenciados, poderão interferir no alcance dos objetivos do Ifal.

Diante desse contexto, seguem-se os objetivos geral e específicos:

Objetivo Geral:

- ❖ Avaliar as condições de infraestrutura física e tecnológica do campus Rio Largo para verificar que, mesmo em caráter temporário, estas instalações atendem os requisitos mínimos de segurança, funcionalidade e qualidade para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Objetivos Específicos:

- ❖ Avaliar se as instalações do campus provisório estão em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade, sistemas elétricos, prevenção e combate a incêndios;
- ❖ Examinar a adequação dos espaços físicos, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de convivência comuns, em termos de capacidade, equipamentos disponíveis e conforto;
- ❖ Analisar a infraestrutura tecnológica de campus provisório, incluindo redes de internet e equipamentos de informática;
- ❖ Identificar e avaliar os riscos associados à permanência em sede provisória, como eventual precariedade das instalações, instabilidade no fornecimento de serviços essenciais e falta de manutenção;
- ❖ Desenvolver um conjunto de recomendações para a mitigação dos riscos identificados para a melhoria das condições de infraestrutura física e tecnológica do campus provisório;
- ❖ Analisar o planejamento estratégico e operacional para a transição do campus provisório para uma sede definitiva.

Conforme destaca o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT), os objetivos consistem basicamente nas questões a que a auditoria pretende responder. Assim, as questões e subquestões, descritas logo abaixo, podem conduzir a Audint a obter respostas claras e fundamentadas sobre a situação atual do campus provisório de Rio Largo.

- **As instalações do campus provisório estão em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade, sistemas elétricos, prevenção e combate a incêndios?**
 - As áreas comuns possuem sinalização de emergência adequada?
 - Existem saídas de emergência devidamente sinalizadas e desobstruídas?
 - Há procedimentos documentados para evacuação de emergência?
 - O campus está equipado com extintores e sistemas de combate a incêndios em conformidade com a legislação?
 - As instalações do campus oferecem acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme a legislação vigente?

- **Os espaços físicos, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de convivência, são adequados em termos de capacidade, equipamentos e conforto?**

- A quantidade de salas de aula e laboratórios é suficiente para atender à demanda de estudantes?
 - Os espaços de convivência são adequados e oferecem conforto para os usuários?
 - As salas de aula e laboratórios estão equipados com os recursos audiovisuais e tecnológicos necessários?
 - Há manutenção regular e preventiva dos equipamentos e das instalações físicas?
- **A infraestrutura tecnológica do campus provisório atende às necessidades operacionais e acadêmicas?**
- A rede de internet é estável e possui a capacidade necessária para suportar o número de usuários simultâneos?
 - A infraestrutura tecnológica é suficiente para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas?
 - Os equipamentos de informática estão em bom estado de conservação e funcionam adequadamente?
- **Quais são os principais riscos associados à permanência em sede provisória e como esses riscos impactam a continuidade e a qualidade das atividades institucionais?**
- Existem problemas estruturais, como rachaduras, infiltrações ou falta de acessibilidade nas instalações provisórias?
 - A precariedade das instalações compromete o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas?
 - A manutenção dos sistemas essenciais (elétrico, hidráulico, etc.) é realizada adequadamente?
- **Existe um planejamento estratégico e operacional formalizado para a transição do campus provisório para a sede definitiva?**
- Existe um cronograma detalhado para a transição para a nova sede?
 - As ações previstas no planejamento estão sendo implementadas e monitoradas conforme o cronograma estabelecido?

1.1 Benefícios Esperados

A ação de auditoria realizada no campus provisório de Rio Largo analisou a sua infraestrutura física e tecnológica, bem como procurou identificar riscos que possam comprometer a

qualidade e a continuidade das atividades de ensino e operacionais. Com a execução deste trabalho, diversos benefícios são esperados, tanto para a gestão do campus quanto para a sua comunidade acadêmica.

1.1.1 Melhoria da Conformidade Legal e Normativa

A auditoria permitirá verificar se o campus está em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade, sistemas elétricos, e prevenção e combate a incêndios. Ao identificar possíveis desconformidades, como falta de extintores em funcionamento, acessibilidade inadequada ou ausência de sistemas de alarme, serão indicadas medidas corretivas que não apenas possibilitam o cumprimento da legislação vigente, como também aumentarão a segurança dos usuários do campus. Com isso, o Ifal evitará eventuais sanções legais e assegurará a criação de um ambiente mais seguro e inclusivo.

1.1.2 Otimização dos Espaços Físicos

Com a avaliação da adequação dos espaços físicos, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de convivência, o trabalho de auditoria trará uma visão das condições atuais desses locais e do quanto eles atendem à demanda existente. A partir das recomendações, a gestão poderá redimensionar os espaços, adquirir novos equipamentos ou realizar melhorias nas instalações. Isso resultará em um ambiente de ensino mais confortável e produtivo.

1.1.3 Fortalecimento da Infraestrutura Tecnológica

A auditoria também permitirá avaliar a infraestrutura tecnológica, fundamental para o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. Com a análise da qualidade e estabilidade da rede de internet, dos equipamentos de informática e dos sistemas de apoio, espera-se que possíveis deficiências, como a obsolescência de equipamentos ou problemas de conectividade, sejam identificadas e corrigidas.

1.1.4 Gestão de Riscos e Continuidade das Atividades

A auditoria ainda buscará identificar e avaliar os riscos associados à permanência em uma sede provisória, como a eventual precariedade das instalações, instabilidade no fornecimento de serviços essenciais e falta de manutenção adequada. A partir dos achados, a gestão do campus poderá priorizar ações que mitiguem esses riscos, o que poderá assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas sem interrupções. Isso contribui para a estabilidade das atividades do campus, além de evitar impactos negativos na qualidade do ensino.

1.1.5 Melhoria do Planejamento para a Transição à Sede Definitiva

Outro benefício esperado com a auditoria é a contribuição para o aprimoramento do planejamento estratégico e operacional para a transição do campus provisório para a sede definitiva. A auditoria oferecerá uma perspectiva das necessidades do campus, o que permitirá à gestão tomar decisões na preparação da nova sede. Com um plano de transição bem estruturado, os riscos associados à mudança serão minimizados, garantindo que o processo ocorra de forma eficaz e sem comprometer as atividades do campus.

1.1.6 Melhoria na Eficiência da Gestão de Recursos

Com a identificação de problemas de infraestrutura e a apresentação de soluções, a auditoria permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos físicos, financeiros e tecnológicos. As recomendações proporcionadas por este relatório ajudarão a evitar desperdícios e a priorizar investimentos em áreas críticas, que poderá resultar em maior economia e eficiência na alocação de recursos. Isso reforçará a transparência e o comprometimento da gestão com o uso responsável dos recursos públicos.

1.1.7 Fortalecimento da Confiança na Gestão

Por fim, ao proporcionar uma visão da situação atual do campus e das medidas que estão sendo tomadas para garantir melhorias, a auditoria reforçará a confiança de servidores, estudantes e da sociedade. O trabalho da auditoria, baseado em evidências e fundamentado em boas práticas de gestão pública, demonstrará, após a sinalização da adoção das medidas, o compromisso da gestão com a qualidade do ensino e a segurança de toda a comunidade acadêmica.

Em resumo, a Ação nº 12/2024, realizada no campus Rio Largo, trará benefícios que vão desde o aumento da conformidade com as normas até a melhoria da infraestrutura e do planejamento estratégico.

2 RESULTADOS DOS EXAMES

Para a definição do escopo da ação de auditoria nº 12/2024 – Infraestrutura Física e Tecnológica, que é a delimitação dos trabalhos, foram considerados os seguintes aspectos: *campi* provisórios devem oferecer um ambiente seguro, funcional e propício ao ensino, mesmo sendo instalações temporárias; Mapa de Riscos Estratégicos do Ifal; o cronograma dado pelo Paint/2024; e a capacidade operacional da equipe de auditoria.

Além disso, considerou-se que a infraestrutura física e tecnológica desses *campi* possui um impacto direto no processo de ensino-aprendizagem e que espaços adequados e bem equipados são fundamentais para a promoção de um ambiente educacional produtivo e enriquecedor. Portanto, é crucial verificar se as salas de aula, laboratórios, bibliotecas e demais áreas de uso comum estão em conformidade com as normas e as necessidades dos estudantes, professores e demais servidores, mesmo em um contexto provisório.

Atualmente, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) possui alguns *campi* que operam em instalações provisórias. Entre eles, destacam-se:

- Campus Rio Largo, em operação desde 2014, está instalado provisoriamente no espaço do Projeto Reviver, localizado no Aeroporto Zumbi dos Palmares, em parceria com a Infraero;
- Campus Batalha funciona no Polo Agroalimentar de Batalha, inaugurado também em 2014. O Ifal faz uso da estrutura física e laboratórios, arcando com os custos de manutenção, enquanto a sede definitiva do instituto não é construída;
- Campus Santana do Ipanema iniciou suas atividades em 2010 com o Curso de Técnico em Agropecuária, na forma Subsequente. Encontra-se em elaboração Projeto executivo da sede definitiva (Ifal, 2024).

Diante desse quadro, ficou definido que a unidade examinada é o campus Rio Largo, porque revelou aparentemente uma situação de maior risco quanto a interrupções significativas. Afinal, o campus funciona no espaço Projeto Reviver, situado no aeroporto Zumbi dos Palmares, que segundo as evidências levantadas, é próximo às bacias de contenção dos tanques de combustíveis do aeroporto e à pista de aterrissagem dos aviões. Devido ainda à limitação de recursos humanos, com uma equipe reduzida para a realização deste trabalho, foi necessário ajustar o tamanho da amostra para garantir a viabilidade da execução dentro dos prazos e com a qualidade necessária. A redução da amostra permitiu que a equipe realizasse o trabalho de modo que os objetivos propostos fossem alcançados.

É importante também esclarecer alguns termos técnicos utilizados neste relatório. O achado para a auditoria configura um fato que está em desacordo com o critério aplicado durante a execução dos trabalhos. O critério, por sua vez, sustenta-se em procedimentos e normas legais e é o parâmetro que serve para comparar com a situação encontrada. Além disso,

houve levantamento de informações, estudos preliminares e solicitação de auditoria (forma pela qual a Audint se serve para solicitar às unidades examinadas a apresentação de documentos, informações ou esclarecimentos).

Isso dito, as evidências relativas aos achados, que subsidiaram a opinião da equipe de auditoria, e as considerações concernentes ao desenvolvimento do presente relatório são expostas nas subseções subsequentes.

2.1 Achado 01: Fragilidades na segurança e na prevenção e combate a incêndios

Com base na verificação *in loco*, constatou-se que as áreas comuns do campus apresentam sérias deficiências em termos de segurança contra incêndios. As imagens capturadas mostram a falta de sinalização de emergência adequada em diversos pontos, como pode ser observado nas fotos das áreas comuns. Além disso, a foto do extintor de incêndio (Figura 2) confirma que o equipamento está vencido. Segundo as respostas do questionário submetido à gestão, o campus também possui uma quantidade insuficiente e mal sinalizada (Figura 1) de extintores, além da ausência de hidrantes e de um sistema de alarme de incêndio.

Figura 1: extintor de incêndio



Fonte: registro próprio

Figura 2: extintor de incêndio vencido



Fonte: registro próprio

Embora haja uma placa indicando a saída de emergência na porta principal, essa sinalização é insuficiente para garantir a segurança em casos de emergência. Além disso, a localização do campus representa um risco adicional por estar próximo às bacias de contenção de tanques de combustíveis e à pista de aterrissagem do aeroporto (Figura 3). Esse aspecto foi corroborado pela gestão do campus, que respondeu ao questionário em anexo informando

que, apesar da proximidade com a área de segurança aeroportuária, o campus nunca participou de simulações de evacuação de emergência realizadas pelo aeroporto.

Figura 3: Localização do campus Rio Largo



Fonte: Google Maps

Destaca-se também a necessidade de instalar sinalização de emergência em todas as dependências do campus, garantindo a orientação eficaz dos ocupantes durante situações de emergência. É igualmente fundamental que sejam realizados treinamentos regulares com a comunidade escolar, visando à correta evacuação do prédio em casos de emergência. Esses treinamentos permitirão que educandos, servidores e demais usuários estejam familiarizados com os procedimentos de evacuação, o que favorece uma resposta rápida e organizada em situações de risco.

Figura 4: corredor que dá acesso às salas de aula



Fonte: Registro próprio

Diante das diretrizes estabelecidas pela Norma Regulamentadora NR-23, instituições de ensino público, como o campus Rio Largo do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), devem obrigatoriamente adotar medidas de segurança que forneça informações claras sobre o uso de equipamentos de combate a incêndio, procedimentos de evacuação e dispositivos de alarme. Conforme o dispositivo 23.3.2, a organização deve fornecer informações para todos os ocupantes: a) instruções sobre a utilização dos equipamentos de combate ao incêndio, assegurando que todos saibam como agir em casos de emergência; b) procedimentos de resposta específicos aos cenários de emergência, incluindo evacuação rápida e segura dos locais de trabalho, que nesse contexto incluem salas de aula, laboratórios, áreas administrativas e espaços de convivência; c) orientações sobre os dispositivos de alarme existentes, garantindo que todos compreendam os sinais de alerta e respondam de maneira adequada.

Além disso, de acordo com o item 23.3.3, é necessário que os locais de trabalho disponham de saídas em número suficiente e em localizações estratégicas para que os seus ocupantes possam abandonar o local rapidamente em situações de emergência. Assim, as saídas devem ser organizadas de modo a permitir evacuação eficiente e segura para minimizar riscos à integridade física de estudantes, servidores e demais ocupantes.

Essas disposições reforçam a importância de que o campus adote práticas preventivas de segurança e de que instrua a comunidade acadêmica sobre os procedimentos de evacuação e o uso dos dispositivos de combate a incêndio para a promoção de um ambiente seguro e bem preparado para emergências.

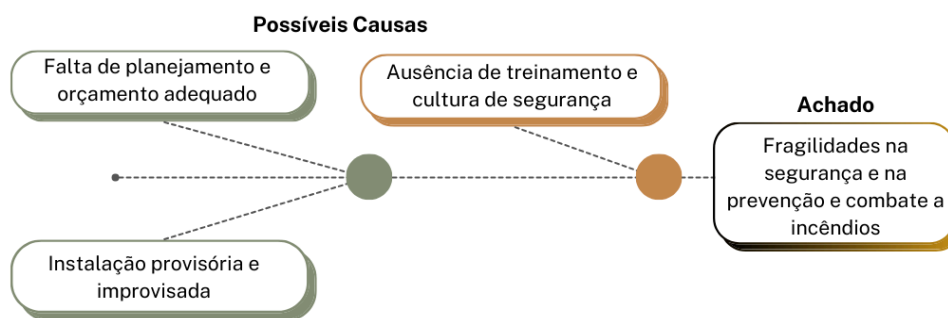
Para o caso de extintores de incêndio vencidos e insuficientes, a Norma Regulamentadora NR-23 - Proteção Contra Incêndios é aplicável, pois estabelece a obrigatoriedade de equipamentos de combate a incêndios. Nesse contexto, equipamentos como extintores devem estar disponíveis e em bom estado de funcionamento.

Além da NR-23, a ABNT NBR 12962 - Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio fornece diretrizes específicas sobre a periodicidade da manutenção, o que inclui a recarga e inspeção dos extintores, além da obrigatoriedade de um selo de validade para indicar o prazo de vencimento dos equipamentos após a sua manutenção. Esses dispositivos permitem que os extintores estejam sempre em boas condições e prontos para uso em casos de emergência, o que deve assegurar a proteção e segurança dos ocupantes do local. Assim, possuir extintor vencido desde 2020 representa uma não conformidade com a NBR 12962, uma vez que esse equipamento está fora do prazo.

Com relação à ausência de hidrantes e alarme de incêndio, a falta desses instrumentos é crítica para a segurança dos usuários do campus, já que essa situação não atende aos requisitos mínimos de segurança.

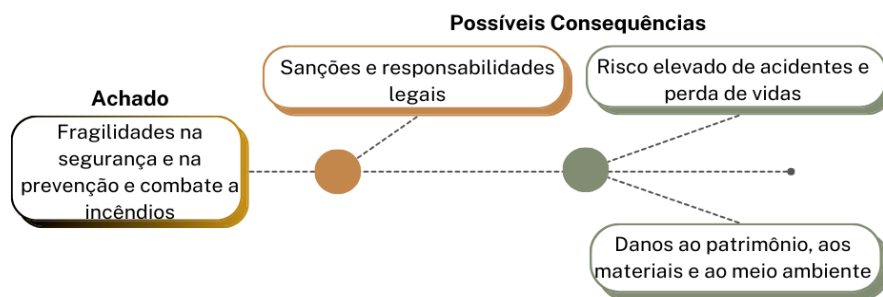
A ABNT NBR 13714 - Sistema de Hidrantes e Mangotinhos para Combate a Incêndio regulamenta a instalação e manutenção desses sistemas ao exigir que edificações de grande porte, especialmente com área construída superior a 750 m² ou com alta circulação de pessoas, sejam equipadas com hidrantes estrategicamente posicionados, garantindo acesso rápido e uma resposta eficaz em casos de incêndio. Por sua vez, ABNT NBR 17240 - Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio define critérios específicos para a instalação de sistemas de detecção e alarme de incêndio em edificações, com ênfase na segurança dos ocupantes e na eficiência do sistema de alerta.

A análise das condições relatadas no campus Rio Largo sobre a falta de sinalização de emergência, extintores vencidos e insuficientes, e ausência de hidrantes e alarmes de incêndio revela fragilidades de segurança. Essas falhas contrariam regulamentações importantes, como a NR-23 - Proteção Contra Incêndios e as normas ABNT NBR 12962 e ABNT NBR 13714. Assim, as seguintes causas, consequências e recomendações são apresentadas:



Possíveis Causas

1. Falta de planejamento e orçamento adequado: a ausência de sinalização de emergência, hidrantes e sistemas de alarme, assim como a presença de extintores vencidos, podem ser causadas pela falta de um orçamento adequado para infraestrutura de segurança. A não priorização desses investimentos compromete a segurança dos ocupantes e evidencia falhas no planejamento de segurança contra incêndios;
2. Instalação provisória e improvisada: como o campus está em uma sede provisória, pode haver dificuldades de adaptação para atender plenamente às exigências de segurança, o que leva a uma falta de sinalização e sistemas adequados. A falta de uma estrutura definitiva pode resultar em lacunas na implementação de medidas de segurança duradouras;
3. Ausência de treinamento e cultura de segurança: a ausência de participação em simulações e a falta de alarmes e hidrantes sugerem uma cultura organizacional com pouco enfoque em práticas de segurança.



Possíveis Consequências

1. Risco elevado de acidentes e perda de vidas: a ausência de sinalização e alarmes adequados pode resultar em desorientação dos ocupantes durante uma emergência, aumentando o risco de acidentes graves e potencialmente fatais. Em caso de incêndio, a falta de hidrantes e de extintores adequados impede a resposta eficaz, dificultando o controle do fogo e potencializando os riscos à vida humana;
2. Danos ao patrimônio, aos materiais e ao meio ambiente: a carência de um sistema de combate a incêndio adequado (como extintores, hidrantes e alarmes) coloca o patrimônio em risco de danos significativos. A propagação de incêndios sem resposta rápida pode levar à destruição de instalações e equipamentos, e ao meio ambiente;
3. Sanções e responsabilidades legais: a não conformidade com normas de segurança pode resultar em sanções legais. Caso ocorra um acidente e sejam constatadas negligências, o campus pode enfrentar ações judiciais, multas e responsabilização dos gestores pela falta de segurança.

Recomendações

1. Plano de segurança contra incêndios: construir um plano de segurança contra incêndios que contemple os riscos à infraestrutura, aos materiais, ao meio ambiente e, principalmente, à segurança das pessoas. Para tanto, é necessário desenvolver um plano abrangente que inclua a instalação de sinalização de emergência em locais estratégicos, aquisição de extintores em conformidade com a NBR 12962 e instalação de sistemas de hidrantes e alarmes, conforme a NBR 13714 e a NBR 17240;
2. Realização de treinamentos e simulações regulares: promover uma cultura de segurança com treinamentos regulares para a comunidade escolar, simulando situações de emergência para familiarizar todos com os procedimentos de evacuação. Conforme a NR-23, os ocupantes devem estar cientes dos procedimentos de resposta e das rotas de fuga disponíveis;
3. Fiscalização e manutenção periódica: realizar inspeções frequentes nos equipamentos de combate a incêndio e nas saídas de emergência, mantendo registros de manutenção para

assegurar que os dispositivos estejam em boas condições operacionais e atendam às normas de segurança.

Essas medidas não apenas reforçam a segurança do campus, mas também garantem conformidade com as regulamentações, o que protege tanto a vida dos usuários quanto o patrimônio público.

2.2 Achado 02: Acessibilidade inadequada nas instalações do campus provisório

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforça o compromisso do Brasil com a construção de uma sociedade mais justa, assegurando a todos os cidadãos, especialmente aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, condições igualitárias para acessar espaços, serviços e informações. O Art. 3º, inciso I, desta lei define "acessibilidade" como a capacidade de qualquer pessoa alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, diversos ambientes e serviços, sejam eles públicos ou privados. Esse conceito busca eliminar barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na vida social, econômica e cultural.

Complementando essa legislação, a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, estabelece, no Art. 18, o Programa Incluir de Acessibilidade na Educação. Esse programa destina-se a implantar e consolidar núcleos de acessibilidade que promovam ações para garantir o acesso pleno das pessoas com deficiência à educação superior e à educação profissional, científica e tecnológica nas instituições federais de ensino.

A acessibilidade é um pilar fundamental da inclusão social, abrangendo não apenas a construção de rampas e banheiros adaptados, mas também a criação de sistemas de transporte e comunicação acessíveis. O desenvolvimento de espaços inclusivos envolve um planejamento cuidadoso e a execução de políticas que permitam a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais, usufruir de bens e serviços. Isso significa que edificações, equipamentos urbanos, transportes, tecnologias e sistemas de comunicação devem ser planejados considerando as necessidades de todos, promovendo autonomia e segurança.

Garantir a acessibilidade é, portanto, uma questão de direitos humanos, essencial para a construção de uma sociedade equitativa e justa. A ausência de acessibilidade restringe o direito à locomoção, comunicação e participação social, promovendo a segregação e exclusão. Assim, a acessibilidade deve ser implementada em todos os setores, assegurando que qualquer pessoa, independentemente de suas limitações, possa viver com dignidade e independência.

Esse princípio básico de acessibilidade não beneficia apenas pessoas com deficiência, mas toda a sociedade. Espaços inclusivos acolhem todos os indivíduos, independentemente de sua condição física, gerando ambientes mais humanos e seguros. A aplicação do Art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como uma responsabilidade social, reafirmando o compromisso com a criação de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade.

Contudo, durante a ação de auditoria realizada no campus Rio Largo, foram identificadas barreiras significativas à acessibilidade. No prédio principal, onde se encontram laboratórios, área administrativa, biblioteca, sala dos professores, banheiros, cozinha/copa e cantina, esses ambientes não oferecem acesso adequado para pessoas com mobilidade reduzida. Observa-se que, no momento, o campus não atende plenamente às normas de acessibilidade. Vale destacar que o campus está instalado em um prédio cedido, cujos espaços foram adaptados de forma emergencial para receber laboratórios, área administrativa, biblioteca e sala dos professores, com vistas à expansão.

Além disso, há uma demanda crescente pelos cursos oferecidos pelo campus Rio Largo, mas a expansão da oferta de vagas é inviabilizada pela infraestrutura física e tecnológica atual. Áreas essenciais, como salas de aula e bibliotecas, não proporcionam plena acessibilidade, e os sanitários não estão adaptados para atender às necessidades desses usuários. A ausência de sinalização tátil e visual também compromete a inclusão, restringindo a participação de pessoas com deficiência nas atividades educacionais e administrativas do campus.

Figura 5: estacionamento do campus



Fonte: registro próprio

O estacionamento apresenta mais um obstáculo: a falta de calçadas e pavimentação adequadas, o que dificulta a sinalização e o acesso seguro, principalmente para pessoas com mobilidade reduzida. Essa limitação restringe o direito de locomoção e pode até mesmo

representar riscos de segurança, uma vez que a ausência de estrutura adequada deixa essas pessoas vulneráveis a acidentes.

Figura 6: área próxima à biblioteca sem acessibilidade



Fonte: registro próprio

Figura 7 e 8: Entrada da biblioteca do campus Rio Largo



Fonte: Registros próprios

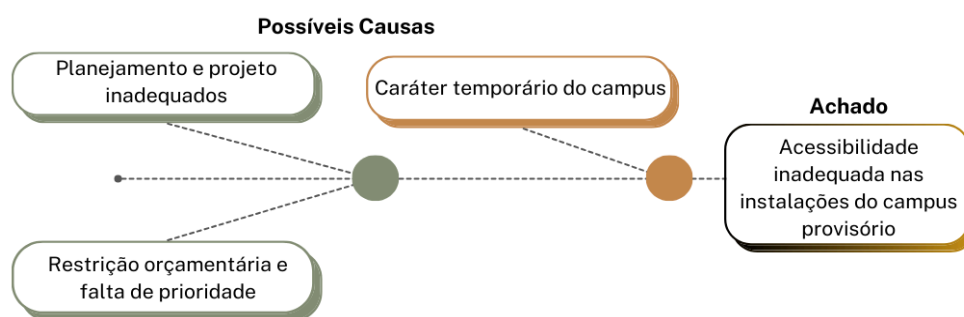


Embora existam rampas em algumas áreas externas, como nas salas modulares e na entrada principal do prédio, instalações importantes, incluindo laboratórios, áreas administrativas e a própria biblioteca, permanecem inacessíveis para pessoas com mobilidade reduzida. Essas barreiras físicas dificultam que pessoas com deficiência possam acessar integralmente os

serviços e atividades disponibilizados no campus, violando seu direito a uma educação inclusiva e de qualidade.

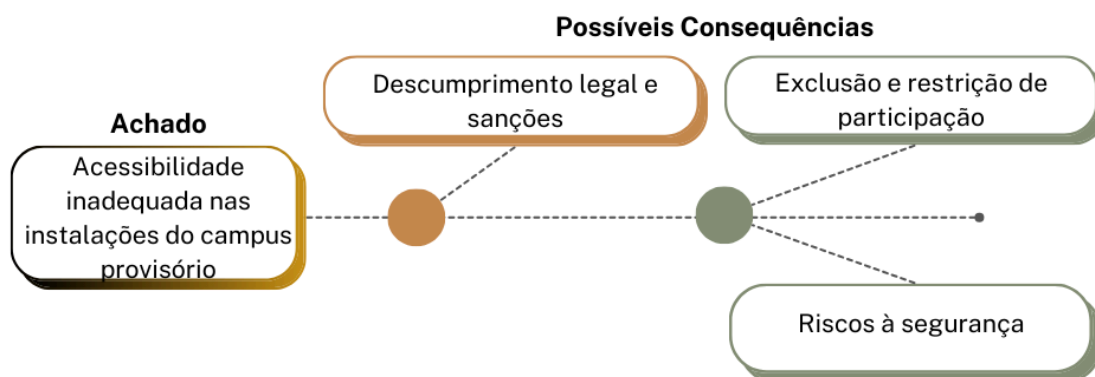
Para promover uma verdadeira inclusão, é fundamental que as adaptações necessárias sejam implementadas. Medidas como a instalação de rampas e sanitários adaptados, implementação de sinalização tátil e visual em pontos estratégicos do campus, melhorias na pavimentação e na sinalização do estacionamento, bem como a garantia de acessibilidade nos espaços principais, são passos cruciais. A acessibilidade plena garante que todos os estudantes, professores, técnicos administrativos e demais colaboradores independentemente de suas limitações, possam participar das atividades acadêmicas, administrativas e sociais do campus com segurança e autonomia.

Com base nos problemas de acessibilidade identificados no campus Rio Largo, relacionados à ausência de infraestrutura inclusiva, como rampas, sanitários adaptados e sinalização adequada, as seguintes causas, consequências e recomendações são apresentadas:



Possíveis Causas

1. Planejamento e projeto inadequados: a falta de acessibilidade nas áreas essenciais, como salas de aula, bibliotecas e sanitários, pode indicar um projeto de infraestrutura física que não priorizou a acessibilidade. Essa falha compromete a adaptação de espaços existentes, especialmente em uma sede provisória;
2. Restrição orçamentária e falta de prioridade: A falta de recursos financeiros alocados para adaptação de espaços e a implementação de sinalização tátil e visual pode refletir uma baixa priorização das necessidades de acessibilidade. Investimentos em acessibilidade são, muitas vezes, preteridos a segundo plano, comprometendo a implementação de uma infraestrutura inclusiva;
3. Caráter temporário do campus: como o campus se encontra em sede provisória, é possível que adaptações significativas tenham sido adiadas, considerando a mudança para uma instalação definitiva. Essa postura, contudo, prejudica a acessibilidade e o direito de participação das pessoas com deficiência no presente.



Possíveis Consequências

1. Exclusão e restrição de participação: a falta de acessibilidade nas principais instalações limita a participação de pessoas com deficiência nas atividades educacionais e administrativas, resultando em exclusão social. A ausência de rampas, sanitários adaptados e sinalização inclusiva impede o pleno acesso, o que dificulta a permanência e a integração desses usuários no campus;
2. Riscos à segurança: a ausência de calçadas e pavimentação no estacionamento e de sinalização tátil e visual nos espaços comuns representa um risco significativo à segurança de pessoas com mobilidade reduzida. Esses obstáculos físicos aumentam as chances de acidentes e comprometem a integridade física dos usuários;
3. Descumprimento legal e sanções: a não conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o desrespeito às diretrizes de acessibilidade previstas pelo art. 3º, inciso I podem expor o campus a sanções legais e comprometer a imagem institucional do Instituto Federal de Alagoas. Além de potenciais ações judiciais, essa falta de conformidade impacta negativamente a credibilidade da instituição quanto ao seu compromisso com a inclusão.

Recomendações

1. Instalação de infraestrutura inclusiva: adotar medidas para instalar rampas, sanitários adaptados e sinalização tátil e visual nas principais áreas de circulação do campus. Isso inclui laboratórios, bibliotecas, áreas administrativas e outros ambientes essenciais para garantir acessibilidade plena a todos os usuários;
2. Pavimentação e sinalização adequada do estacionamento: investir na pavimentação e sinalização do estacionamento, assegurando a demarcação de vagas reservadas e acessos específicos para pessoas com mobilidade reduzida. A infraestrutura do estacionamento deve ser adequada para garantir que todos os usuários possam circular com segurança e autonomia;

Implementar essas recomendações ajudará a criar um ambiente acadêmico e administrativo mais inclusivo e acessível para garantir que o campus Rio Largo esteja alinhado com o compromisso da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

2.3 Achado 03: Espaços físicos inadequados e insuficientes

Os espaços físicos do campus Rio Largo, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas de convivência, apresentam inadequações e capacidade insuficiente para atender à demanda atual de estudantes e servidores. Com uma capacidade limitada a 35 alunos, as salas de aula não comportam a quantidade de estudantes matriculados, enquanto as áreas de convivência são inadequadas para o número total de usuários, o que compromete o conforto e a qualidade do ambiente institucional.

Além disso, as salas do departamento de ensino e administrativo não atendem adequadamente às necessidades de estudantes e servidores, conforme informações fornecidas pelo campus. A insuficiência e inadequação desses espaços físicos impactam diretamente a comunidade acadêmica e podem até mesmo inviabilizar a oferta de novas vagas, restringindo a expansão e o desenvolvimento educacional.

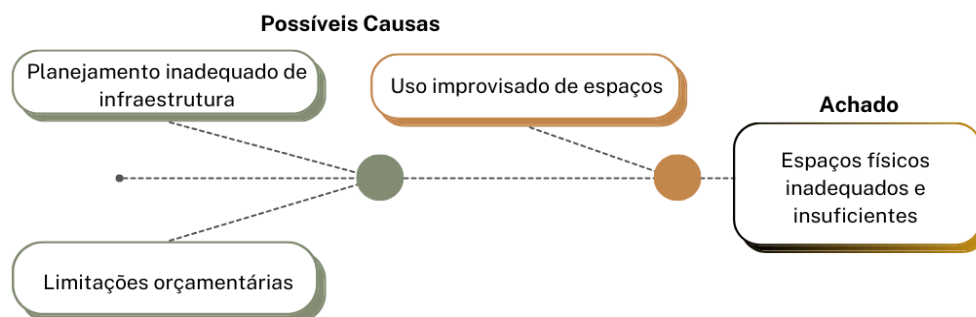
Segundo a NR 17 - Ergonomia, do Ministério do Trabalho, os ambientes de trabalho e estudo devem proporcionar condições adequadas de conforto, segurança e saúde aos ocupantes. A superlotação e o uso de espaços com capacidade inadequada violam esses princípios, prejudicando a ergonomia e o bem-estar dos usuários. A ausência de manutenção regular também contribui para a deterioração dos espaços, tornando-os inadequados para o uso, com problemas como infiltrações, falta de acessibilidade e sistemas de climatização insuficientes, que reduzem a funcionalidade dos ambientes.

Em alguns casos, áreas originalmente projetadas para outros fins, como salas de reunião, áreas de convivência ou refeitórios, são adaptadas para servirem como salas de aula ou laboratórios. Com isso, o campus provisório não consegue atender plenamente às necessidades educacionais, forçando o uso multifuncional dos espaços e deixando-os incapazes de acomodar adequadamente todos os estudantes e professores.

A deficiência na infraestrutura de apoio, como bibliotecas, laboratórios e áreas de convivência, também limita a capacidade dos espaços físicos. Desse modo, ficam prejudicados o aprendizado, o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes, afetando negativamente a experiência acadêmica como um todo.

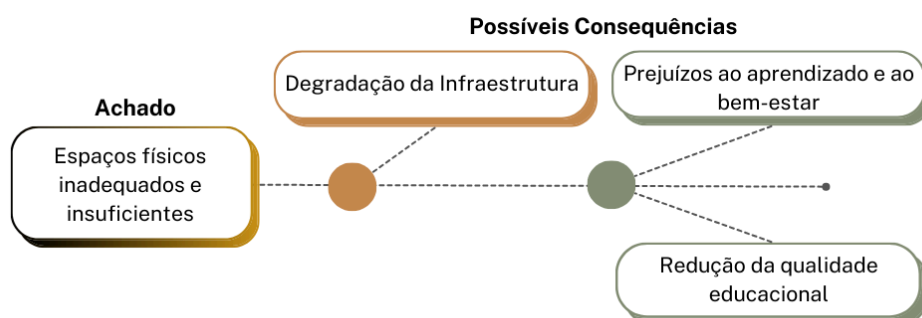
Esses fatores combinados tornam os espaços físicos insuficientes e inadequados para atender a todas as demandas do campus, comprometendo a qualidade das atividades educacionais, reduzindo a eficácia do aprendizado e afetando o bem-estar de todos os envolvidos.

A análise dos problemas identificados no campus provisório de Rio Largo mostra que a inadequação e a insuficiência dos espaços físicos comprometem a qualidade das atividades educacionais e o bem-estar dos usuários. Abaixo, são apresentadas as possíveis causas, as consequências associadas e as recomendações de melhoria.



Possíveis Causas

1. Planejamento inadequado de infraestrutura: a instalação do campus em um prédio provisório, sem considerar adequadamente a demanda atual e o crescimento projetado, resultou em um espaço subdimensionado e inadequado para atender às necessidades de estudantes e servidores;
2. Limitações orçamentárias: a falta de recursos suficientes para ampliação e adequação das instalações físicas impede a realização de melhorias. Os investimentos em infraestrutura são muitas vezes reduzidos devido à ausência de alocação específica de verbas ou aos cortes orçamentários, o que prejudica diretamente as condições físicas do campus;
3. Uso improvisado de espaços: a adaptação de áreas originalmente destinadas a outros fins, como salas de reunião e refeitórios, para atividades educacionais reflete a insuficiência de espaços físicos. Isso resulta na utilização multifuncional dos espaços, o que compromete a eficácia dos ambientes.



Possíveis Consequências

1. Prejuízos ao aprendizado e ao bem-estar: a superlotação e o uso de espaços inapropriados afetam o conforto, a segurança e a saúde de estudantes e servidores.

Ambientes sobrecarregados e inadequados geram desconforto e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem;

2. Redução da qualidade educacional: com instalações insuficientes, a oferta de novos cursos e turnos fica comprometida, o que limita a expansão e o desenvolvimento acadêmico do campus. A inadequação dos espaços físicos impede o campus de oferecer novas vagas, restringindo o acesso da comunidade aos programas educacionais.
3. Degradação da Infraestrutura: o uso inadequado dos ambientes promovem a deterioração dos espaços físicos, que apresentam problemas como infiltrações, falta de acessibilidade e sistemas de climatização insuficientes. Esses fatores reduzem a durabilidade dos ambientes e aumentam os custos de reparo a longo prazo.

Recomendações

1. Ampliação e adequação da infraestrutura física: realizar um estudo de viabilidade para expansão das instalações físicas, adequando a capacidade dos espaços às necessidades atuais e projetadas do campus. Esse processo pode incluir a criação de novas salas de aula e laboratórios, além de áreas específicas para convivência, estudo e lazer;
2. Readequação dos ambientes existentes: reavaliar o uso dos espaços e priorizar a criação de ambientes específicos para cada atividade, eliminando a improvisação de áreas que comprometem o conforto e a segurança dos usuários.

A adoção dessas recomendações possibilitará ao campus Rio Largo oferecer um ambiente mais adequado às necessidades acadêmicas e administrativas.

2.4 Achado 04: Precariedade das instalações e riscos à continuidade das atividades no campus provisório de Rio Largo

A auditoria realizada no campus provisório de Rio Largo identificou sérios problemas de infraestrutura física, que comprometem a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas. As instalações provisórias, que deveriam ser uma solução temporária, mostram sinais de deterioração e falta de adequação para as necessidades da comunidade acadêmica, o que impacta diretamente a continuidade e eficiência das atividades educacionais e institucionais.

Apesar das limitações estruturais, os servidores do campus têm demonstrado iniciativa e preocupação com a situação atual. Conforme destacado no questionário, a falta de orçamento destinado à manutenção regular em razão das limitações impostas pela matriz Conif tem dificultado a solução dos problemas identificados.

Figura 9: Banheiro do *campus* Rio Largo

Figura 10: Banheiro do *campus* Rio Largo

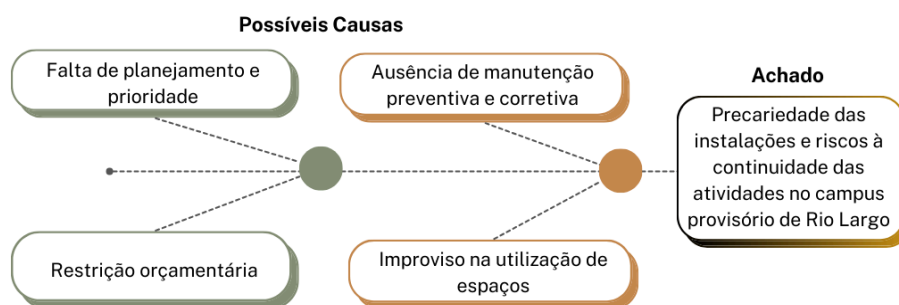
Fonte: Registros próprios

Fonte: Registros próprios

No que diz respeito à ventilação, iluminação e conforto térmico, as salas de aula e laboratórios atendem aos requisitos mínimos. Entretanto, as áreas de convivência não possuem condições adequadas. Ademais, espaços originalmente destinados a outros fins estão sendo adaptados de maneira improvisada, o que evidencia a falta de adequação para as atividades acadêmicas e administrativas.

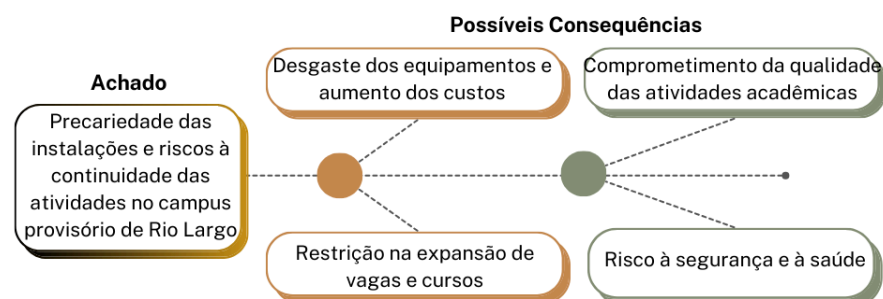
Durante a verificação in loco, foram observados problemas estruturais e a necessidade de revitalização de algumas áreas. Esse fato foi corroborado pela gestão, que, em resposta ao questionário, informou que a rede de esgoto está no limite de sua capacidade, o telhado possui telhas envelhecidas, e há infiltrações nas paredes externas da área do almoxarifado, nas paredes frontais do campus e na área destinada ao espaço de convívio dos servidores. Esses problemas representam riscos significativos que podem comprometer a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. A gestão destacou ainda que as demandas por reparos não são atendidas de forma oportuna, seja pela falta de orçamento, seja pela ausência de materiais licitados.

Em resumo, a análise acima dos problemas identificados no campus provisório de Rio Largo revela graves deficiências em sua infraestrutura física. Assim, são apresentadas as possíveis causas, as consequências associadas e as recomendações de melhoria.



Possíveis Causas

1. Falta de planejamento e prioridade: a instalação do campus provisório sem uma projeção adequada das necessidades infraestruturais resultou em um espaço precário e improvisado. A escolha de um prédio que não atende aos requisitos mínimos de acessibilidade e conforto reflete a falta de planejamento estratégico para a adequação de longo prazo;
2. Restrição orçamentária: a implementação da matriz Conif, que vincula o orçamento ao número de alunos formados, prejudica a capacidade de manutenção do campus. A falta de recursos financeiros limita a realização de reparos e melhorias na infraestrutura. Essa situação é agravada pela falta de um fundo de reserva para imprevistos ou manutenção corretiva;
3. Ausência de manutenção preventiva e corretiva: a inexistência de um plano de manutenção preventiva e corretiva contribui para o agravamento dos problemas estruturais. Sem a inspeção regular e reparos preventivos, as infiltrações, a degradação dos materiais e hidráulicos tornam-se mais severos e custosos para reparar;
4. Improviso na utilização de espaços: a adaptação de áreas projetadas para outros fins para atividades educacionais mostra a falta de planejamento adequado para o uso dos espaços, agravando as condições já inadequadas das instalações provisórias.



Possíveis Consequências

1. Comprometimento da qualidade das atividades acadêmicas: A continuidade das atividades educacionais e administrativas está diretamente prejudicada pela falta de

infraestrutura adequada. Os estudantes, servidores e colaboradores sofrem com o desconforto causado pela superlotação, falta de ventilação e iluminação apropriada, o que afeta a qualidade do ensino e do trabalho;

2. Risco à segurança e à saúde: a falta de manutenção preventiva, associada a problemas como infiltrações e falta de acessibilidade, representa riscos à segurança e à saúde dos ocupantes do campus. Além disso, a exposição de equipamentos e materiais a ambientes inadequados pode causar danos materiais irreversíveis e afetar a continuidade das atividades institucionais;
3. Desgaste dos equipamentos e aumento dos custos: a exposição prolongada de equipamentos e materiais a condições inadequadas, como umidade e falta de climatização, acelera a deterioração, resultando em um aumento significativo nos custos de manutenção e reposição. Essa situação pode gerar interrupções nas atividades acadêmicas, além de impactos financeiros elevados para a instituição;
4. Restrição na expansão de vagas e cursos: a precariedade das instalações impede a expansão da oferta de vagas e cursos. A limitação física imposta pela infraestrutura inadequada restringe a capacidade de atender mais estudantes e de oferecer novos cursos ou programas, impactando diretamente a missão educacional da instituição.

Recomendações

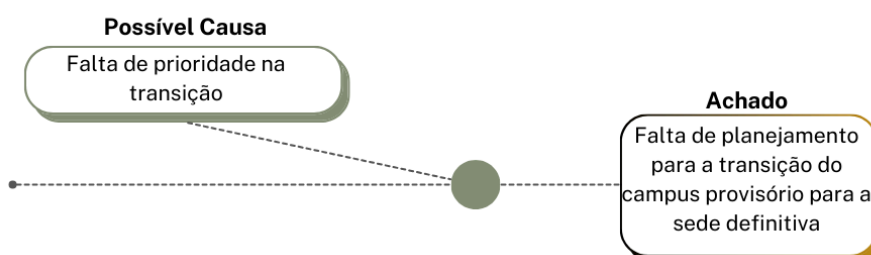
1. Plano de manutenção preventiva e corretiva: instituir um plano de manutenção preventiva para evitar o agravamento de problemas estruturais e garantir condições mínimas de conforto, segurança e higiene. O plano deve incluir a manutenção periódica de sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização, além de correções estruturais (infiltrações e rachaduras);
2. Revisão orçamentária e captação de recursos: revisar o orçamento do campus, com foco em captar recursos adicionais por meio de parcerias com o setor privado. Essa prática permitirá investimentos estratégicos nas instalações do campus;
3. Revitalização de áreas: investir na revitalização das áreas que necessitam de cuidados, como a parte posterior do campus, para que possam ser aproveitadas e integradas às atividades institucionais, reduzindo o desperdício de espaço e potencializando a infraestrutura disponível.

A adoção dessas recomendações não apenas corrigirá os problemas estruturais detectados, mas também garantirá a continuidade e a qualidade das atividades no campus provisório de Rio Largo. Além disso, ao adotar boas práticas de gestão pública e atender às legislações pertinentes, a instituição assegurará um ambiente mais seguro, confortável e eficiente para todos os seus usuários.

2.5 Achado 05: Falta de planejamento para a transição do campus provisório para a sede definitiva

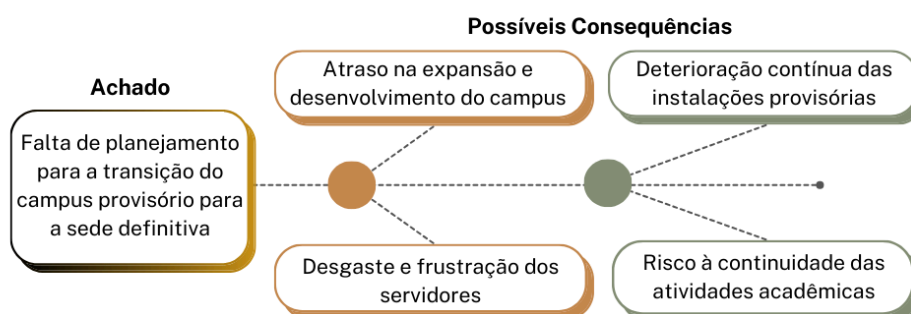
Identificou-se no campus provisório de Rio Largo ausência de planejamento formalizado para a transição das atividades para a sede definitiva. Essa situação expõe a falta de diretrizes claras e estruturadas para o processo de migração, o que gera incerteza sobre a continuidade das atividades educacionais e administrativas em sede provisória ou definitiva. Além disso, a ausência de um cronograma ou planejamento formalizado impede o desenvolvimento de ações preventivas que possam minimizar os impactos da permanência prolongada no campus provisório.

De acordo com a resposta do questionário submetido à gestão do campus, não existe nenhum plano ou cronograma estabelecido para a transição. Esse fato é preocupante, pois a falta de um planejamento detalhado e prazos definidos compromete a capacidade de adaptação da instituição às necessidades futuras.



Possível Causa:

1. Falta de prioridade na transição: a ausência de um planejamento pode estar relacionada à falta de priorização da transição para a sede definitiva. Com a sobrecarga de atividades diárias, a gestão do campus não parece ter alocado tempo ou recursos suficientes para formular um cronograma ou plano de transição.



Possíveis Consequências:

1. Deterioração contínua das instalações provisórias: a permanência prolongada no campus provisório, sem um plano de transição, pode resultar em uma deterioração contínua das

instalações, comprometendo a qualidade do ambiente educacional e administrativo. Problemas como infiltrações, falta de acessibilidade e desgaste dos materiais tendem a se agravar, aumentando os custos de reparo e manutenção;

2. Risco à continuidade das atividades acadêmicas: sem um plano de transição, a gestão não tem um caminho claro para a mudança para a sede definitiva, o que pode gerar instabilidade e afetar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. A falta de previsibilidade pode causar interrupções nos serviços prestados, além de impactar negativamente a qualidade do ensino;
3. Atraso na expansão e desenvolvimento do campus: a ausência de um planejamento impede que a instituição se prepare adequadamente para o crescimento e a expansão de cursos e vagas. Sem uma estrutura definitiva e adequada, a capacidade de atender mais estudantes e oferecer novos programas fica severamente limitada, prejudicando a missão educacional da instituição;
4. Desgaste e frustração dos servidores: a falta de planejamento para a transição pode aumentar a sobrecarga e frustração dos servidores, que já demonstram grande preocupação e esforço em manter as atividades apesar das limitações. A continuidade em um ambiente inadequado pode gerar maior desmotivação e afetar a produtividade dos agentes públicos e colaboradores.

Recomendações

1. Elaboração de um plano de transição formal: elaborar um plano de transição formal para a mudança para a sede definitiva. Esse plano deve incluir prazos, metas e ações detalhadas para garantir que a mudança ocorra de forma organizada e eficiente. Deve-se incluir o mapeamento dos recursos necessários e uma avaliação dos riscos associados à transição. Um cronograma específico permitirá uma gestão mais eficiente do tempo e dos recursos disponíveis;
2. Monitoramento contínuo e avaliação de riscos: monitorar continuamente para avaliar o progresso em relação aos prazos e identificar possíveis obstáculos que possam comprometer a transição. Adicionalmente, a avaliação de riscos deve ser incorporada para garantir que eventuais imprevistos sejam identificados e mitigados rapidamente.

A adoção dessas recomendações permitirá uma transição eficiente do campus provisório para a sede definitiva. A formalização de um planejamento estratégico para essa transição é crucial para o sucesso da instituição a médio prazo, assegurando um ambiente educacional adequado e alinhado às normas e boas práticas de gestão pública.

Manifestação da Gestão

Tendo analisado minuciosamente o presente relatório preliminar, esta Pró-Reitoria atesta a sua pertinência e exaustividade, não havendo, por parte desta unidade, quaisquer aditamentos, justificativas ou divergências a serem apresentados.

Cumpre-nos ressaltar que estamos empenhados em concluir a obra de construção do Campus Rio Largo, cuja execução sofreu consideráveis atrasos em virtude de impasses contratuais com a empresa contratada, fato este que culminou na instauração de processo judicial e na conseqüente paralisação da obra.

Análise da Auditoria Interna

A gestão, através do Despacho nº 85610 / 2024 - REIT-PRDI, de 21 de novembro de 2024, corrobora com os achados e recomendações de auditoria apresentados e destaca o empenho empregado para a conclusão da construção do Campus Rio Largo. Informou alguns impasses contratuais, fato que resultou na paralisação da obra.

Assim, diante da manifestação da gestão, ressalta-se que as recomendações para sanar os achados de auditoria serão acompanhadas em trabalhos futuros. Logo, mantém-se as recomendações.

3 RECOMENDAÇÕES

Achado 01: Fragilidades na segurança e na prevenção e combate a incêndios

Recomenda-se um plano de segurança contra incêndios.

Benefícios esperados: reduz os riscos de acidentes e garante a segurança de servidores, estudantes, colaboradores e visitantes. Além disso, a adoção do plano evita sanções legais por não conformidade com normas de segurança, melhora a proteção do patrimônio do campus e aumenta a confiança da comunidade acadêmica.

Recomenda-se realização de treinamentos e simulações regulares.

Benefícios esperados: prepara melhor a comunidade escolar para lidar com situações de emergência, promovendo evacuações mais rápidas e seguras. Isso fortalece a cultura de segurança e diminui os riscos à integridade física dos ocupantes.

Recomenda-se fiscalização e manutenção periódica.

Benefícios esperados: garante que todos os dispositivos funcionem corretamente em situações de risco, reduzindo a possibilidade de acidentes graves.

Achado 02: Acessibilidade inadequada nas instalações do campus provisório

Recomenda-se a instalação de infraestrutura inclusiva.

Benefícios esperados: Garante o acesso igualitário a todos, inclusive às pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social e evitando sanções legais. A melhoria no ambiente acadêmico torna-o acessível para todos, aumentando a participação e permanência dos estudantes.

Recomenda-se pavimentação e sinalização adequada do estacionamento.

Benefícios esperados: reduz os riscos de acidentes e oferece mais segurança no acesso ao campus, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. A organização da infraestrutura melhora a imagem do campus.

Achado 03: Espaços físicos inadequados e insuficientes

Recomenda-se ampliação e adequação da infraestrutura física.

Benefícios esperados: aumenta a capacidade de atendimento do campus, oferecendo mais conforto e melhorando a qualidade do ensino e dos ambientes de convivência. A adequação dos espaços evita a superlotação e proporciona condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Recomenda-se readequação dos ambientes existentes.

Benefícios esperados: melhora a utilização dos espaços existentes, otimizando a infraestrutura e permitindo acomodar mais estudantes e atividades sem comprometer o conforto e a qualidade. Isso também evita a deterioração dos ambientes por uso inadequado

Achado 04: Precariedade das instalações e riscos à continuidade das atividades no campus provisório de Rio Largo

Recomenda-se plano de manutenção preventiva e corretiva.

Benefícios esperados: prolonga a vida útil das instalações e reduz os custos com reparos emergenciais. Um plano de manutenção garante que o campus mantenha um ambiente seguro e confortável, prevenindo interrupções nas atividades educacionais.

Recomenda-se revisão orçamentária e captação de recursos.

Benefícios esperados: ajuda a identificar áreas que precisam de mais investimentos e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Ao estabelecer parcerias com o setor privado, o campus diversifica suas fontes de financiamento, reduzindo sua dependência exclusiva de recursos públicos.

Recomenda-se a revitalização de espaços ociosos.

Benefícios esperados: permite o aproveitamento de espaços que estão ociosos, transformando-os em ambientes úteis e funcionais para atividades acadêmicas, administrativas ou de convivência.

Achado 05: Falta de planejamento para a transição do campus provisório para a sede definitiva

Recomenda-se plano de transição formal.

Benefícios esperados: assegura uma migração planejada e organizada, reduzindo o risco de interrupções nas atividades acadêmicas durante a mudança. O plano facilita a alocação eficiente de recursos e minimiza os impactos no ensino e na administração, melhorando o planejamento de longo prazo.

Recomenda-se monitoramento contínuo e avaliação de riscos.

Benefícios esperados: permite identificar problemas ou atrasos na execução do plano de transição em tempo hábil, possibilitando a adoção de medidas corretivas antes que comprometam o cronograma.

4 CONCLUSÃO

Com base nas respostas fornecidas, a infraestrutura tecnológica do campus provisório de Rio Largo se destaca por sua capacidade de oferecer uma rede estável e abrangente, com uma velocidade de internet satisfatória e cobertura Wi-Fi completa. A segurança da rede é bem gerenciada, e os equipamentos de informática estão em bom estado de conservação e manutenção, o que permite que as atividades acadêmicas e administrativas sejam realizadas sem grandes obstáculos.

Dado o cenário atual, a infraestrutura tecnológica do campus pode ser considerada satisfatória e eficaz, sendo suficiente para atender às necessidades do corpo docente, discente e administrativo. Esses fatores contribuem para a manutenção da qualidade das atividades educacionais, reforçando o compromisso do campus em proporcionar um ambiente tecnológico moderno e seguro.

Entretanto, com fundamento nos exames realizados e nas evidências coletadas, a auditoria no campus provisório de Rio Largo revela uma série de deficiências estruturais que comprometem diretamente a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas. As instalações provisórias, que deveriam atender temporariamente às necessidades do campus, apresentam falta de acessibilidade e infiltrações, evidenciando a falta de um plano de manutenção adequado.

A auditoria também destaca a ausência de um planejamento formal para a transição para a sede definitiva, o que agrava os riscos associados à permanência prolongada em um ambiente inadequado. Essa falta de planejamento, associada às restrições orçamentárias impostas pela matriz Conif, impede que a instituição realize os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura física e planejar adequadamente o futuro.

Apesar das adversidades, foi observada uma dedicação significativa dos servidores, que têm trabalhado com esforço para minimizar os impactos dessas deficiências na qualidade do ensino e no bem-estar dos usuários. Contudo, é essencial que a instituição tome medidas imediatas para corrigir os problemas identificados, especialmente no que diz respeito à manutenção das instalações provisórias e ao desenvolvimento de um cronograma de transição para a nova sede.

Recomenda-se que o campus elabore um plano de ação para resolver as questões de infraestrutura e acessibilidade, além de priorizar a criação de um planejamento estratégico para a transição. A adequação das condições físicas com as necessidades acadêmicas são cruciais para garantir a continuidade das atividades com eficiência e qualidade.

Jefferson Gerlânio do Nascimento
Auditor

Silvana Kelly Coimbra Peixoto
Técnica em Assuntos Educacionais

Marília Cristyne Souto G. B. Matsumoto
Auditora Chefe